

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 134

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE OUTUBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Tiago Amorim Novaes; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Neivo Beraldin - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02: Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 01: Pastor Edson Praczyk.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 090ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
06 DE OUTUBRO DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2062

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer após ouvido

o Plenário, seja retirado da pauta da sessão de hoje e adiado por sete (07) sessões o Projeto de Lei nº 009/99 constante da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) PÉRICLES MELLO

Apoiamento:

Irineu Colombo.

REQUERIMENTO Nº 2064

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, retirada por 05 sessões do Projeto de Lei nº 262/99, item 08, em 2ª discussão, de autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Luiz Carlos Zuk.

REQUERIMENTO Nº 2066

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 262/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje por 05 sessões.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) PÉRICLES MELLO

Apoiamento:

Ricardo Maia, Edgar Bueno, Antonio Baratter, Orlando Pessuti, Carlos Simões, Ricardo Chab, Luiz Carlos Alborghetti, Hidekazu Takayama e Plauto Miró Guimarães.

REQUERIMENTO Nº 2067

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 062/99, de autoria do Poder Executivo, da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje por 05 sessões.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) PÉRICLES MELLO

Apoiamento:

Ricardo Maia, Edgar Bueno, Ricardo Chab, Orlando Pessuti, Luiz Carlos Alborghetti e Luiz Carlos Zuk.

REQUERIMENTO Nº 2069

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 326/99, item 14, em 1ª Discussão, oriundo da Mensagem Governamental nº 011/99, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2068

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a anexação do Projeto de Lei nº 457/99, de autoria do Deputado Geraldo Cartário ao Projeto de Lei nº 450/99 de autoria do Deputado Algaci Tulio, que têm por objetivo autorizar o Poder Executivo a instalar a Delegacia da Mulher em São José dos Pinhais, por tratar-se de matéria semelhante.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 2065

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, licença para tratamento de saúde de 130 dias, conforme atestado médico.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 2049

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à APP-Sindicato, pela vitória da Chapa-1, na eleição de 30 de setembro do corrente.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Cerca de 23.500 professores e funcionários de escolas públicas do Paraná participaram das eleições gerais da APP-Sindicato, em 30 de setembro. A Chapa-1 - APP Sempre em Defesa da Escola Pública, venceu o pleito para a Diretoria Estadual, com 12.611 votos contra 9.022 da Chapa-2.

A composição da nova Diretoria que vai atuar no triênio 99-2002 é:

Presidente:	Romeu Gomes de Miranda
Secretária Geral:	Maria do C. R. M. dos Santos
Secretário de Finanças:	Sérgio Ubiratã A. de Freitas
Secretária de Adm. e Patrimônio	Cláudia Grubber
Secretário de Imprensa e Divulgação:	José Rodrigues Lemos
Secretário de Organização:	Luiz C. da Paixão Rocha
Secretário Educacional:	Miguel Angel A. Baez
Secretário dos Funcionários:	José Valdivino de Moraes
Secretária de Política Sindical:	Élide Bueno
Secretário de Sindicalizados:	Sérgio Marson
Secretária de Formação Sindical:	Marlei Fernandes Carvalho
Secretário de Aposentados:	Elson Pereira de Campos
Secretário de Municipais	Edilson A. de Paula
Secretária de Pol. Sociais	Débora A. Souza
Secretário Adj. de Pol. Sindicais	Eurígenes de F. Bittencourt Fº

A disputa pelos Núcleos Sindicais também foi ganha pela Chapa 1, que assegurou a vitória em 16 regiões do Paraná, sendo elas: Apucarana, Arapongas, Assis Chateaubriand, Cambará, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Cornélio Procópio, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Ivaiporã, Londrina, Mandaguari, Maringá, Paranaguá e União da Vitória.

Pela vitória da Chapa-1 - APP Sempre em Defesa da Escola Pública, receba a APP-Sindicato os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2050

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao 20º BIB (Av. Erasto Gaertner - Quartel do Bacacheri - Curitiba), pela comemoração de seu 57º aniversário, em data de 06 de outubro de 1999.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Neste dia 06 de outubro de 1999, o 20º BIB está comemorando 57 anos de sua criação. Nesta data, há 57 anos atrás, o Decreto-Lei nº 4796 trouxe os Infantes de Sampaio para o Quartel do Bacacheri. A maioria das instalações do quartel havia sido construída já em 1922, abrigando antes da chegada daquela Unidade, o 5º Grupamento de Artilharia de Dorso, o 4º Esquadrão de Cava-

laria Divisionária, a 5ª Companhia Preparatória do Terreno e o 5º Batalhão de Engenharia.

Durante estes 57 anos, a Unidade recebeu diferentes denominações. Criada como 20º RI em 1942, em 1955 passou a chamar-se 1º/20º RI, recebendo a denominação atual de 20º BIB em 1972, ocasião em que se absorveu a mais recente tecnologia militar de então: a VBTP, que confere mobilidade e proteção blindada à Unidade.

Durante a 2ª Grande Guerra Mundial, o 20º RI teve 2 de seus batalhões destacados de Curitiba para a preservação do nosso Litoral. Contribuiu ainda com um efetivo de 380 militares paranaenses, que saiu dos portões daquele quartel para compor a Força Expedicionária Brasileira. Desse efetivo, inúmeros militares destacaram-se na Campanha da Itália, como o Sgt Max Wolff Filho, o Sd Constantino Marochi - primeiro soldado brasileiro a tomar em solo europeu, o 1º Ten José Pinto Maria Duarte, o 2º Ten Ari Hauen e o Cb João Fagundes Machado.

Aquele quartel mantém laços muito firmes com a histórica participação do Brasil na Força da Paz em Suez, pois foi naquelas instalações que o IV Contingente do “Batalhão Suez” foi preparado para seguir rumo ao Oriente Médio. Há, ainda hoje, no pátio de formaturas do Quartel, um memorial em forma de pirâmide estilizada que abriga um “jeep” com as mesmas características daqueles utilizados nas areias escaldadas da Faixa de Gaza.

Além das missões de defesa externa, o batalhão foi diversas vezes convocado para missões de segurança interna, cumprindo-as sempre de maneira rigorosamente correta.

Em 1994, o 20º BIB foi alçado à condição de Unidade de Pronto-Emprego e no mesmo ano recebeu a denominação histórica de “Btl Sgt Max Wolff Filho”, em justa homenagem ao pracinha paranaense morto nos campos da Itália, que tombou comandando uma patrulha, à frente de seus homens, cumprindo heroicamente o seu dever.

O 20º BIB de hoje, enquadrado à 5ª Bda Inf Bld, “Vanguarda Encouraçada dos Campos Gerais”, reverência a todos aqueles que por ali passaram, deixando as marcas indeléveis da eficiência, do espírito profissional e do sacrifício no cumprimento do dever.

Pela comemoração desses honrosos 57 anos de criação, receba o 20º BIB, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2051

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Coral Paraná (Av. Mal. Hermes, 999 - C. Postal: 15.051 - Curitiba), pela comemoração de seus 20 anos.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Coral Paraná, criado em 1979, está completando neste 06 de outubro de 1999, seus 20 anos.

Com a intenção de despertar o interesse pela música entre os funcionários públicos e, ao mesmo tempo proporcionar-lhes momentos de cultura e lazer, o Governador Ney Braga determinou, naquele ano de 1979 a três Secretários (Cultura e Esportes, Planejamento e de Recursos Humanos - hoje Secretaria de Administração) se responsabilizassem pela criação do Coral Paraná, o que aconteceu oficialmente em 06 de outubro de 1979.

A primeira apresentação oficial, com 126 integrantes, foi em 06 de julho de 1980, na missa rezada em frente ao Palácio Iguaçu, pelo Papa João Paulo II, quando de sua visita à Curitiba. Hoje o Coral Paraná tem 50 integrantes e de 1979 até agora foram centenas de apresentações nos mais diversos centros culturais do Paraná e até de outros Estados, dominando um repertório eclético, que inclui músicas de compositores brasileiros como Tom Jobim, Chico Buarque, temas sacros, músicas clássicas, eruditas, folclore do Paraná e do Brasil, entre outros. O Coral é patrocinado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, contando com o apoio da Assembleia Legislativa do Estado e da Secretaria de Estado da Cultura.

Além das apresentações de caráter festivo, o Coral Paraná canta ainda em hospitais, escolas, creches, asilos, e organizam bingos e bazares beneficentes, com cuja renda proporcionam lanche e presentes aos internos de 11 entidades assistenciais, levando carinho e um pouco de alegria àqueles que necessitam.

A Diretoria do Coral Paraná é assim composta: Presidente, vice-Presidente Financeiros e vice-Presidente Administrativo, além do Conselho Fiscal, eleitos na forma de seus estatutos.

O regente atual é Paulo Kuhn, auxiliado por Paulo Murilo e Elisana Gazda Kuhn no teclado. As apresentações são sempre iniciadas cantando-se o Hino do Paraná, usado como marca para divulgação do Coral.

Ao Coral Paraná, a todos os seus integrantes, Diretoria e Regência, pela comemoração de seus 20 anos, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2052

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Paraná (Rua Pe. Agostinho, 364 - Mercês - Curitiba), pela posse de sua nova Diretoria.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Paraná, com sede nesta Capi-

tal, deu posse à sua nova Diretoria, para o período de 12.08.99 à 11.08.2003, que ficou assim constituída:

	Diretoria Efetiva	Suplentes
Presidente	Evanildo Pinto Rodrigues	Vilmar S. Soares
vice-Presidente	Epitácio Antonio dos Santos	Avay Mello
Secretário Geral	Hilmar Adams	Noel M. da Silva
Sec. Geral Adjunto	Alcir Antonio Ganassini	Valdemar R. Nascimento
Sec. Finanças	Evaldo Antonio Baron	Manoel Soares de Brito
Sec. Fin. Adjunto	Olímpio Mainardes Filho	Dilto Vitorassi
Sec. Patrimônio	Cláudio Francisco Mistura	João Batista da Silva
Sec. Educ. Sindical	Josiel Tadeu Teles	José Aparecido Faleiros
Sec. Relaç. Intern.	Denilson Pires da Silva	José Pita Mourinho

Conselho Fiscal Efetivo	Suplentes
Nelson Diesel Winter	Oscar G. dos Santos
Jair Korobinski	Eva Joely de Oliveira
Valeriano Pinheiro	Arnaldo Cunha de Souza

Delegados Repres. Cons. Efetivos	Suplentes
Elizeu Manuel Sezerino	Martiniano Urias Teixeira
Evanildo Pinto Rodrigues	José Luiz Kogiraski

A toda a Diretoria eleita, muito sucesso nesta administração e os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2063

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao Hospital e Maternidade Dr. Lima de Cascavel, pelo recebimento do Certificado ISO 9002.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado o Hospital e maternidade Dr. Lima, na pessoa do Diretor Proprietário, Dr. Luiz Carlos de Lima, na Rua Paraná, 2311, Centro, CEP 85802-840, Cascavel, Paraná.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O Hospital e Maternidade Dr. Lima é uma Instituição já consolidada na Cidade de Cascavel e que oferece um serviço de qualidade na área da saúde.

Recentemente o Hospital e Maternidade Dr. Lima recebeu do DQS, Deutsche Gesellschaft Zur Zertifi-

zierung, da Alemanha, o Certificado ISO 9002, que confere o Sistema total de qualidade, isto é, em todas as áreas do Hospital, conforme Certificado em anexo.

O ISO 9002 é a Norma Internacional mais respeitada no que tange a verificação de sistema de qualidade de uma Instituição. E o Hospital de Maternidade Dr. Lima é o primeiro no Paraná e um dos primeiros do Brasil a receber tal certificado.

Ante ao exposto, solicitamos o voto favorável ao presente requerimento para homenagear esta empresa e seu proprietário pela coragem e arrojo em implantar um sistema de qualidade que atenda de forma satisfatória a população de Cascavel e do Paraná em geral.

REQUERIMENTO Nº 2070

Senhor Presidente.

O adiante denominado, Deputado com o assento nesta Assembléia Legislativa, REQUER à Mesa, na forma do art. 132, § 1º, V, do Regimento Interno, seja oficiado ao Conselho Curador do FGTS, bem como ao Presidente da Caixa Econômica Federal, enviando moção de apoio desta Casa à proposta do Diretório Central dos Estudantes possam abater o financiamento do Crédito Educativo com valores que a pessoa ou respectivos pais possuam a título de FGTS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Segue apenas cópia do projeto já encaminhado à Caixa Econômica Federal e ao Conselho Curador do FGTS pelo DCE das PUC-PR.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2054

Senhor Presidente.

O Deputado, que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de atender o pedido da Sra. Helena Maria Francheski, residente à Av. Gralha Azul nº 341, Bairro Ferraria, que pede a conclusão da implantação de anti-pó nesta rua. Afirma a Sra. Helena que os trabalhos foram iniciados, restando somente 06 (seis) quadras para terminar. Trata-se de trajeto de linha de ônibus. A prefeitura prometeu que até março/99 os serviços estariam concluídos e até hoje encontra-se sem solução. Pede-se providências urgentes. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone: 335-9787.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2055

Senhor Presidente.

O Deputado, que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o

pedido da Sra. Ivani Barrozo, residente à Rua Maria Ione de Oliveira nº 42, Bairro Jardim Triângulo, que pede a troca de lâmpadas queimadas dos postes da rua em que reside, citada acima, e da Rua Antonio Gelinski. Segundo a Sra. Ivani, há 02 (dois) meses que elas estão queimadas. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone: 869-6885.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2056

Senhor Presidente.

O Deputado, que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná, no sentido de atender o pedido da Sra. Sirlei Terezinha Santos Lopes, residente à Rua Atalaia nº 186, Bairro Jardim Guaraituba, Município de Colombo, que pede agilização e previsão de instalação de um terminal telefônico, cuja inscrição foi feita através do CPF 709.050.709-25 em novembro/97. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone: 252-5023 (recados somente às 6^{as} feiras).

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2057

Senhor Presidente.

O Deputado, que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná, no sentido de atender o pedido do Sr. Nei Gonçalves de Paula, residente à Rua Marilândia do Sul nº 271, Conjunto Hortência, Bairro Alto Boqueirão, que pede agilização a previsão de instalação de um terminal telefônico, cuja inscrição foi feita através do CPF 161.082.809-72. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone: 276-9122 (recados).

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2058

Senhor Presidente.

O Deputado, que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná, no sentido de atender o pedido da Sra. Eva da Silva Bueno, residente à Rua Cel. Hugo de Matos nº 290, Conjunto Érico Veríssimo, Bairro Alto Boqueirão, que pede agilização a previsão de instalação de um terminal telefônico, cuja inscrição foi feita através do CPF 317.958.039-91.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2059

Senhor Presidente.

O Deputado, que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná, no sentido de atender o pedido do Sr. Nilvio Carmino Rodrighero, residente à Rua Padre Claudio Arenal nº 266, Bairro Uberaba, que pede agilização e previsão de instalação de um terminal telefônico, cuja inscrição foi feita através do CPF 213.680.409-00. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone: 283-6591.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2060

Senhor Presidente.

O Deputado, que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da Sra. Maura Marques Pascoal, residente à Rua Rio Jequetinhonha nº 388, Jardim Moinho Velho, Município de Colombo, que pede a implantação de uma Caixa de Correio na Rua José Beira nº 981, em frente à Mercearia Santa Angelina, Vila Esperanceta, Município de Colombo. Será de grande utilidade para os moradores que não dispõem deste benefício. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone: 995.7020.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2061

Senhor Presidente.

O Deputado, que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Sra. Silvana Destechel, residente à Rua Alfredo Miguel Baduy nº 822, Bairro São Gabriel, que pede a limpeza de um terreno baldio sito ao lado do campo de Futebol São Sebastião, no ponto final da Linha São Gabriel.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2047

Senhor Presidente.

O Deputado, que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência a Secretaria de Estado da Administração. Excelentíssima Sra. Dra. Maria Elisa Paciornik solicitando informações acerca dos veículos locados pelo Governo do Estado do Paraná, conforme abaixo:

- 1) Qual o número de veículos locados pelo Governo do Estado do Paraná?
- 2) Onde os referidos veículos estão disponibilizados?
- 3) Qual a empresa responsável pelas locações?
- 4) Qual é o gasto mensal com as locações?
- 5) Qual o prazo previsto no contrato de locação?.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 505/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o dia 05 de outubro, oficialmente no Estado do Paraná, como o Dia Estadual da Pequena Empresa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Pequena Empresa e Micro Empresa, possuem lugar de grande destaque em nosso Estado, pois é responsável por grande parte da arrecadação do Paraná.

A partir de hoje, o dia 05 de outubro passa a ser o Dia da Pequena Empresa. Um dia a ser comemorado não só pelos micro e pequenos empresários, mas por todos os brasileiros, pois a importância das pequenas e microempresas, além de estar calcada na arrecadação, está na geração de emprego e renda, pois hoje elas são responsáveis por uma grande porcentagem da produção.

Este segmento merece destaque e incentivo, pois tem atuação decisiva na construção econômica do país, sendo responsável por 90% do movimento e sustentação da nossa economia, integrando já uma fatia razoável do mercado, motivo pelo qual estamos apresentando o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 506/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado a instituir o Programa Kit de Material Didático-Escolar, para o ensino fundamental da Rede Pública Estadual, apoiando-se nos artigos 177; 178, inciso I e 179, inciso IX da Constituição Estadual.

Art. 2º - Para a instituição e consolidação do programa suplementar de que trata o Art. 1º, o Governo do

Estado firmará convênios com empresas da iniciativa privada, oferecendo em troca incentivos fiscais.

Parágrafo Único - Os incentivos fiscais e sua regulamentação farão parte do Programa a ser elaborado pelo Governo e as respectivas Secretarias de Estado.

Art. 3º - O Kit Escolar será composto de material básico para aprendizado no ensino fundamental, obedecendo-se uma composição didático-pedagógica.

Art. 4º - O Programa de que trata a presente lei será regulamentado e coordenado pela Secretaria Especial para o Desenvolvimento Educacional de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, tem como objetivo atender a necessidade das crianças matriculadas e que frequentam as séries do ensino fundamental, nas escolas públicas da Rede Estadual de Ensino, cujos pais não possuem condições financeiras para adquirir o material adequado para o bom desenvolvimento do seu aprendizado.

O artigo 177 da Constituição Estadual diz que “A educação, direito de todos e dever o Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O Artigo 178, I, diz que: “O Ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condição para acesso e permanência na escola...”.

E, o artigo 179, IX, diz: “O dever do Poder Público, dentro das atribuições que lhe forem conferidas, será cumprido mediante a garantia de: IX - atendimento ao educando, no ensino pré-escolar, FUNDAMENTAL, médio e de educação especial, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

É bom lembrar que existe uma Emenda Constitucional nº 01/93, que alterava o inciso IX, do Art. 179 CE, excluindo a expressão “médio”, e ao mesmo tempo excluía a parte final do artigo acrescentando-se o termo “sem ônus para o orçamento da educação”. A Emenda Constitucional subsequente, a de nº 02/93, reintroduziu a expressão “médio” e ratificou a exclusão “sem ônus para o orçamento da educação”.

Essa mesma Emenda Constitucional nº 02/93, acresceu ao Art. 179 os parágrafos 6º e 7º com o seguinte conteúdo: “§ 6º - ... § 7º - Os programas suplementares de material didático-escolar e de transporte escolar poderão ingressar no cálculo previsto no Art. 185, até o limite de

dez por cento, devendo a despesa excedente ser financiada com outros recursos orçamentários”.

Também é oportuno informar que existe uma ADIM nº 1080-8/600, que tem como Requerente o Procurador Geral da República, contra a nossa Assembléia Legislativa, tendo sido concedida liminar para suspender até decisão final a eficácia dessa Emenda nº 02.

No entanto, como o presente projeto de lei, propõe que seja firmado convênio com a iniciativa privada para a viabilização da instituição do Programa Kit de Material Didático-Escolar, não vemos qualquer impossibilidade de sua aprovação, razão pela qual, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa para a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes. Passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra ao Sr. Orlando Pessuti, do PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Íamos deixar para nos manifestar durante o processo de votação, mas já o fazemos agora no Horário da Liderança do PMDB, até porque recebemos há instantes atrás um telefonema do Deputado José Maria Ferreira pedindo a nós que assim o fizéssemos.

Na Sessão de ontem, quando da votação do Projeto 62/99, ficou entendido no acordo formalizado pelo Deputado José Maria, proposto pelo Deputado José Maria e acordado pelo Deputado Valdir Rossoni com integrantes da Bancada do Governo, inclusive, de que o Projeto 62/99 seria votado ontem na sua constitucionalidade e que seria retirado, senão me falha a memória, por 10 sessões. A indagação que temos que deixar registrada é se já foi formalizado esse Requerimento pelo Deputado Valdir Rossoni para que o Projeto não figurasse na Ordem do Dia ou se outro entendimento houve já que o mesmo consta da Ordem do Dia de hoje e se vai ou não ser retirado.

A segunda questão que gostaríamos de nos manifestar e já o fizemos no dia de ontem e faço, com certeza, em nome da nossa Bancada também. É com referência ao Projeto de Lei 262/99 de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre o serviço de assistência farmacêutica ou de serviços prestados por estabelecimentos ligados ao ramo farmacêutico. Na tarde de ontem já manifestamos a nossa preocupação e votamos contrariamente a esse projeto, porque entendemos que é um assunto da maior relevância e do maior interesse da comunidade e que existe a necessidade de que nós possamos melhor discutir este projeto. Que possamos discutir com o Conselho Regional de Farmácia, que possamos discutir com a Associação dos Supermercados, que possamos discutir, como disse ontem, com o Conselho Regional de Medicina Veterinária que muitas vezes tem me questionado, na condição de Médico Veterinário que sou, a respeito da existência de farmácia, drogarias, vendendo produtos veterinários. Entendo que é necessário que outras Comissões

desta Casa possam opinar, como é o caso da Comissão de Indústria e Comércio, Comissão de Defesa do Consumidor. Porque, afinal de contas, é um assunto por demais importante, mexe com a questão do consumidor, mas mexe principalmente com a questão da saúde das pessoas, e eu pessoalmente tenho lá minhas preocupações, minhas preocupações em estarmos aí de repente misturando alimentos destinados aos animais, medicamentos destinados aos animais, outros produtos, outros equipamentos destinados a utilização de animais, com medicamentos de uso restrito humano, muitos dos quais com exigência de receituário médico, vacinas que tem que ter um cuidado muito especial no seu acondicionamento, na sua guarda.

Confesso que estou de certa forma preocupado com a votação desse projeto sem que para isso tenhamos uma discussão mais aprofundada.

Veja, Sr. Presidente, que nós estamos avançando e conquistando dividendos importantes para a Assembléia, e poderia dizer o próprio Governo está conquistando dividendos importantes na discussão do projeto dos recursos hídricos.

Se tivéssemos votado do jeito que o governo propôs sem a discussão que estamos fazendo, e que foi resultado evidentemente de uma movimentação que fizemos no sentido de alertar os produtores rurais, da possível cobrança da água utilizada na propriedade rural, não fizéssemos aquilo e o projeto teria sido aprovado, e hoje não só o governo mas todos nós aqui estaríamos pagando um alto preço por termos aprovado um projeto sem uma prévia a ampla discussão com a sociedade interessada, e estaríamos hoje sendo responsabilizados de ter autorizado a cobrança da água utilizada na propriedade rural, a água utilizada para a atividade agropecuária.

Então, este é um projeto na minha opinião polêmico, é um projeto que carece de um aprofundamento maior na sua discussão.

Ainda há pouco conversava com o Deputado Fernando Ribas Carli, que é farmacêutico, que é do ramo, que está apresentando algumas emendas, que apoiei, porque entendo que é necessário a retirada desse projeto da Ordem do Dia, para que a gente possa, em audiências públicas, se for o caso, ou em reuniões mais espichadas, vamos dizer assim, das nossas comissões, nos aprofundarmos na discussão desse projeto.

Confesso que do jeito que ele estão não me sinto à vontade, e muito menos em condições de votar este projeto, por não conhecer todo o seu desdobramento.

Por esta razão, tenho certeza que o projeto embora tem regime de urgência não será votado hoje se outro encaminhamento não for dado, até pela apresentação das emendas apresentadas pelo Deputado Ribas Carli.

Mas, é necessário que independente da apresentação dessas emendas, que nós possamos retirar este projeto por 10 sessões, 15 sessões, para que a gente possa fazer uma discussão mais aprofundada.

Pessoalmente, do jeito que está, sou obrigado a votar contrário, mas gostaria de poder interferir nesse assunto, discutindo com maior profundidade, tendo realmente a participação efetiva do Deputado Ribas Carli, do Conselho de Farmácia, do Conselho de Medicina, do Conselho dos Veterinários, por que não? Da Associação dos Supermercados, da Associação Comercial, enfim do pessoal do comércio varejista, para que a gente possa ter ao final uma proposta que seja realmente viável, que seja correta, do ponto de vista da legislação existente no nosso país, e das legislações existentes em nosso Estado.

Essa é a manifestação que faço no horário da Liderança do PMDB, vamos verificar os encaminhamentos que estão por vir, e se for necessário, por ocasião da votação do projeto, faremos nova manifestação.

Mas, registro agora no horário do PMDB, em meu nome e em nome dos Deputados do PMDB, a preocupação que nós temos em votar este projeto sem uma discussão mais aprofundada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário da Liderança do PFL, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Orlando Pessuti e Deputado Fernando Ribas Carli.

Primeiro, concordo com o Deputado Pessuti, estou preocupado com este projeto, que é de um amigo meu, que perdi, mas tenho certeza que ele deve estar num hospital espiritual maravilhoso, sendo muito bem-tratado, e lá também praticando o seu trabalho espiritual e político. Só não entendo neste projeto Deputado Fernando Ribas Carli e Deputado Orlando Pessuti, farmácia, no meu entender, é para vender medicamentos, medicamentos. Desde a época de criança entendo que farmácia é para um atendimento imediato à população na venda de medicamentos, vacinas, soros, uma série de outros derivados. Não entendo por que numa farmácia se vende, Pessuti, carvão, se vende refrigerantes, se vende materiais para animais Deputado Pessuti, não sei se Vossa Excelência está me entendendo, por favor, Vossa Excelência é Médico Veterinário vende rações para animais, vacinas para animais, vende-se ali bancas de revistas. Então, o que eu entendo, Deputado Orlando Pessuti, acho que produtos para animais é para a casa de animais. Jornais, revistas são para a banca de revistas. Carvão é para se comprar em supermercado, Deputado Orlando Pessuti. Farmácia é farmácia. Então, não estou entendendo ainda, gostaria de discutir esse projeto, que alguém explicasse ao Deputado Alborghetti. Entendo que nos Estados Unidos existe essa “drogstore”, lojas de conveniência. Mas, Deputado Orlando Pessuti, ontem fui a um posto de gasolina e vi numa loja de conveniência uma série de medicamentos dentro do posto de gasolina, e não é farmácia, Deputado Pessuti, e fui numa farmácia onde vi produtos de animais misturados ao lado de medicamentos, vi

carvão para fazer churrasco. Então, não estou entendendo o que está acontecendo. Gostaria, inclusive fiz um comentário, Deputado Pessuti - quando estava na Rede Independência de Televisão - que quem quisesse comprar carvão, que fosse a um açougue onde vendia carvão, e que o povo prestigiasse as farmácias dos seus bairros, de suas vilas. Fiz este pronunciamento, Deputados Moysés, Tony, Chico, Albanor, que cada um prestigiasse o seu bairro, compre na farmácia do seu bairro, prestigie o açougue do seu bairro, prestigie o supermercado do seu bairro, porque quando o bairro ai mal, Deputado Moysés, a cidade vai mal; quando a cidade vai mal, o Estado vai mal; quando o estado vai mal, o País vai mal.

Então, Deputado Fernando Ribas Carli, não entendo, Deputado Ribas, fui numa farmácia - lá vendem produtos veterinários, vende medicamentos, vende ração, vende carvão, Coca Cola, Pepsi Cola, cerveja. O que é isso? Ou estou atrasado. Na última rede que trabalhei, fiz um comentário sobre prestigiar as verdadeiras farmácias e fui quase crucificado pela Rede Drogamed. Não tenho nada contra os proprietários da Rede Drogamed, muito pelo contrário, não os conheço, nunca os vi, os respeito, mas não posso entender porque a Drogamed monopolizou, está acabando com as pequenas farmácias. Hoje não se fala mais em uma pequena farmácia, onde se possa entrar e comprar o seu medicamento.

Farmácia, para mim, é para comprar medicamentos. Carvão se compra em supermercado. Agora, fui a um supermercado, Deputado Ribas Carli, futuro Prefeito de Guarapuava, e lá também tem remédio, tem de tudo. Tenho uma cachorra e tenho que prestigiar a casa do meu veterinário, onde ele tem a loja e vende os produtos. Porque vou a um supermercado comprar produtos para o meu animal, se tenho que prestigiar quem vende produtos para animais? Vou comprar carvão dentro de uma farmácia? Farmácia vender revista? Para quê? Para atrapalhar as bancas de revistas? O que está acontecendo?

Concedo aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Alborghetti, comungo do seu pronunciamento nesta tribuna, mas, na tarde de ontem ficou acordado entre as lideranças que este projeto deveria ser retirado na sessão de hoje, para que fosse melhor discutido entre as lideranças e, naturalmente será retirado, porque o Deputado Ribas Carli apresentará algumas emendas e ele voltará à Comissão.

Acho que Vossa Excelência está perfeitamente certo. A cada dia abre uma farmácia a cada esquina, e sempre o mesmo grupo econômico, geralmente internacional, que vem aqui e compra um nome famoso e passa a vender ração, carvão, etc.

Acho que Vossa Excelência está cheio de razão e vamos discutir melhor este assunto no futuro.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

E só falta vender gasolina!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, pelo Horário da Liderança do PT, o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estivemos na manhã de ontem, juntamente com o Deputado Divanir Braz Palma, acompanhando uma audiência que foi solicitada pelo Presidente da Assembléia, Deputado Nelson Justus, junto ao DER do Paraná, para tratar de uma normativa referente à colocação de propagandas e painéis externos junto às rodovias do Estado do Paraná.

O que é que está acontecendo? A nova legislação do trânsito determina que a colocação de painéis tem que ter uma regra por conta de não atrapalhar ou confundir a visibilidade do motorista.

Mas, no Estado do Paraná, está saindo uma normativa, pelo menos saiu uma minuta, em que nas rodovias já concedidas, já pedagiadas, já concedidas à iniciativa privada, as empresas, além de cobrarem o pedágio, além de administrarem a rodovia, também terão o direito de comercializar os espaços concedidos. E para um empresário do setor de comunicação colocar um painel tem que solicitar à empresa. Evidentemente que a empresa que já está com o benefício concedido, vai subconceder o espaço para esse empresário da comunicação.

E, está sendo proibido também, o uso do espaço além da faixa de domínio, o que é um absurdo. E o que está acontecendo agora? As empresas que têm o direito da concessão, que têm a concessão na mão, estão derrubando os painéis dessas empresas dentro da faixa de domínio e fora da faixa de domínio. Estão indo lá com a motosserra, cortando, derrubando e levando embora.

As empresas que ganharam a concessão estão tendo o seguinte modo operacional: estão constituindo uma empresa de propaganda, como é o exemplo da Rodonorte, tem uma empresa deles mesmo chamada "Espaço Quatro", que vende o espaço e fabrica os painéis, os painéis sobre os postos de pedágio, nos tonéis de recolhimento de lixo, junto às muretas; estão vendendo este espaço. Evidentemente que se a minuta disser que está livre para os empresários de comunicação pedirem as empresas que cederem o espaço, é evidente que eles não darão o espaço, porque o espaço está com eles. Eles vão comercializar o espaço. Falta verificarmos se isto está nas cláusulas contratuais que ninguém vê as cláusulas de contrato com estas empresas.

Então, o que estamos assistindo é um absurdo. Está saindo uma normativa que está colocando os interesses das empresas já com a concessão para tratar a questão da comunicação externa, através de painéis, as empresas concessionárias das rodovias têm um poder de fogo muito grande, quando se fala em finanças, o poder de fogo aumenta, o poder de influência é muito grande, que vai, evidentemente empacotar os interesses desses empresários. Muitos empresários que trabalham com

"out doors", painéis externos, estarão completamente inviabilizados se a normativa sair de acordo com os interesses das empresas concessionárias.

O que os empresários de comunicação querem? Querem participar democraticamente da construção desta minuta para que a minuta saia de acordo com os interesses deles. E as empresas concessionárias que sejam proibidas de trabalhar com painéis, porque elas ganharam a concessão das rodovias, porque se não vamos voltar ao velho drama que foi aqui anunciado pelo Deputado Luiz Carlos Zuk quando falou da cobrança abusiva por conta da passagem do gasoduto pela empresa Rodonorte. Parece que já houve um acordo, um acerto, mas foi preciso a intervenção desta Assembléia, levantar a opinião pública do exagero, do abuso que estas empresas concedidas estão tomando, estão tomando por abuso já de fazer o seu espaço amplo, absoluto para propaganda, para cessão de uso público, para todos os fins.

Então, o que os empresários de comunicação externa querem é participar da elaboração desta minuta. Parece-me absolutamente razoável que o DER assuma esta postura.

O Sr. Nereu Moura

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Irineu Colombo, se não bastasse tudo isto que Vossa Excelência enumera, as concessionárias demonstram-se vorazes, gananciosas, porque nem mesmo os barraqueiros das margens das rodovias estão tendo sossego. Não só os barraqueiros, as próprias pessoas que não tendo onde morar, que já buscou ali no leito da rodovia o último lugar onde ele pudesse se instalar com seu pedacinho de lona plástica, até mesmo estas pessoas estão sendo escurraçadas das margens da Rodovia da BR-277, especialmente lá onde convivemos todos os dias, todas as semanas.

Por isso, Deputado, não podemos permitir que esses empresários, que tomaram de assalto as rodovias do Paraná se arvorem como os proprietários fossem não só do leito, eles que nada fizeram e que cobram caro o pedágio. Porque nós que nos deslocamos todos os finais de semana, para o interior, somos testemunhas de que as rodovias nada receberam a não ser a recapagem do asfalto e uma roçada nos acostamentos e nada mais do que isso. E eles, agora, se arvoram no direito, como proprietários legítimos, querendo além de explorar tudo: a árvore, a grama, o meio-fio, expulsando as pessoas que moram ali e que ali tinham os seu último refúgio. Também os próprios barraqueiros, num levantamento que temos, muitos empregos informais eram gerados por essas barracas de pessoas que vendem ali o milho, a mandioca, enfim, uma série de produtos hortifrutigranjeiros e que também estão sendo escurraçados pelas concessionárias, sobretudo, pela rodovia das Cataratas.

Somo-me a Vossa Excelência e acho que precisamos definir com muita clareza a responsabilidade e o

direito de cada um nas rodovias do Paraná, que forem entregues a esses empresários.

O SR. IRINEU COLOMBO

Obrigado, Deputado, pelo apoio. complementando a informação de Vossa Excelência é o caso típico que recebi em meu gabinete, da solicitação dos agricultores que vendem feijão na região de Capitão Leônidas Marques. Houve na época um entendimento com o DER, para que houvesse um mínimo de controle de segurança - evidentemente que a segurança da rodovia é uma coisa importante. Foi feito um acordo perfeitamente cabível.

O que está acontecendo com os empresários da comunicação externa, é que as empresas não estão falando com ninguém. Estão num absoluto abuso da condição de concessionária. Estão derrubando os painéis e não querem conversa.

Sei que o Deputado Nelson Justus, Presidente da Casa, tem se empenhado e o Deputado Divanir Braz Palma da mesma forma, no sentido de viabilizar essas empresas do Paraná, que representam emprego. São todas empresas de pequeno, médio porte, extremamente saudáveis do ponto de vista do comércio e da geração de emprego e precisam ser preservadas.

Eu, inclusive, Deputado Nelson Justus, naquela ocasião falei ao Paulinho, que estava na reunião representando o DER, que se essa minuta não fosse a contento dos empresários de comunicação externa, entraríamos nessa Assembléia com um projeto de lei para regulamentar. O status jurídico de uma lei é diferente de uma instrução normativa e faríamos um enquadramento, evidentemente, atendendo aos interesses dos empresários paranaenses e dos empresários que tradicionalmente conduziram isso e que eles querem uma regulamentação. Esses empresários da comunicação externa, os painelistas, que fabricam "out door" etc., querem uma regulamentação, até porque para não virar uma briga fratricida entre eles, para não virar uma concorrência desenfreada entre eles. E também para atender o Código Trânsito no sentido do rigor da segurança do tráfego. Eles querem regras e que essas senão forem acordadas na instrução normativa, evidentemente, nós, enquanto Assembléia Legislativa, deveremos tomar uma posição e apresentar um projeto de lei para enquadrar essas concessionárias, porque a coisa está indo longe demais.

Senhor Presidente, acho que nós, o parlamento do Paraná, temos que pensar urgentemente num órgão da sociedade civil, para regular essas concessões do Paraná, para se ter acesso as planilhas de custo, trabalhar com esses investimentos etc. - quem sabe uma espécie de uma agência reguladora, como tem no Rio Grande do Sul e em outros Estados.

Já estou mandando vir a cópia do Rio Grande do Sul, o governo de lá está fazendo modificações, o governo do PT, do Olívio Dutra e pegar de lá o espelho das modificações bem sucedidas e que a população inteira do

Rio Grande do Sul apoiou, porque abaixou 25% o preço do pedágio do Rio Grande do Sul. Trazer para cá o projeto para enquadrar essas empresas que estão indo longe demais.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado, também quero dar uma pequena contribuição a Vossa Excelência, nesse seu pronunciamento.

Muito se questiona a questão dos pedágios, se as empresas concessionárias estão fazendo as obras, se os recursos arrecadados estão sendo suficientes para a realização das obras planejadas, conforme o contrato. E acho que a Assembléia Legislativa poderia solicitar uma auditoria ao Tribunal de Contas para que faça uma auditoria de encontro de contas, para verificar a receita auferida até aqui e as despesas feitas até aqui pelas empresas mantenedoras do anel de integração.

Acho que aí encurtaríamos caminho, daríamos uma autorização ao Tribunal de Contas que poderia, perfeitamente, fazer estes esclarecimentos necessários para que nós, aqui, possamos ter noção exata do que arrecada o pedágio, do que gastou na construção das estradas, enfim do que investiu e no que poderá investir.

Muito obrigado.

O Sr. Irineu Colombo

Obrigado pela contribuição, Deputado.

Registrar, por fim, uma falha minha, o Deputado Ricardo Maia, participou também apoiando este grupo de empresários no sentido que as suas reivindicações fossem atendidas.

Quero também fazer uma comunicação aos meus colegas, Deputados, que estou entrando com um requerimento hoje comunicando o meu afastamento por 130 dias, em virtude que tenho uma protusão discal, que é um desgaste de vértebra C5 do pescoço. Vou ter que usar um equipamento e ficar imóvel alguns dias e minhas atividades terão que ser bastante reduzidas. Já comuniquei à Casa desta decisão dos meus médicos e deverá assumir, a partir de amanhã a Deputada Luciana Rafagnin.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, no Horário do PTB concedo a palavra ao Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar gostaria, desta tribuna, de comunicar a todos os Senhores Deputados a presença de membros do Conselho Regional de Farmácia que vieram a esta Casa preocupados com a tramitação e conseqüente Votação do Projeto nº 262/99, que trata da comercialização de medicamentos.

Tivemos oportunidade, hoje, de ingressar com 4 emendas, tendo em vista, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que são Emendas que aprimoram o projeto. Porque se formos verificar o projeto que foi colocado para Votação vamos ver que ele tem diversas incoerências, e gostaria aqui de esclarecer dúvidas que surgiram entre Deputados, como o Deputado Orlando Pessuti, o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que fizeram colocações verdadeiras. Realmente é preocupante quando adentramos num estabelecimento farmacêutico e lá encontramos rações caninas ou carvão para fogo de churrasco misturado com vacinas que vão salvar vidas ou medicamentos controlados, tudo isso num grande balaio.

E o projeto que estava para Votação reforça tudo aquilo que o Deputado Pessuti e o Deputado Alborghetti relataram, simplesmente coloca na lei a condição para se misturar o que é farmácia, o que é “drugstore”, o que é drogaria, gerando uma grande confusão. Através das emendas, queremos realmente disciplinar e fazer com que a venda de medicamentos, a venda de insumos farmacêuticos, seja uma coisa correta como deve ser feita. Porque farmácia é um estabelecimento de saúde. Farmácia não é local de venda de qualquer produto. Quando alguém procura uma Farmácia, é porque procura por uma necessidade. Porque a sua saúde está a exigir que ele procure socorro.

Então, fizemos emendas, Senhores Deputados, e essas emendas, que são quatro emendas. Uma delas, vou dar um exemplo, já existe uma resolução da Secretaria de Estado da Saúde. Talvez nem fosse necessário, votarmos essa lei. Porque já existe uma resolução da Secretaria de Estado da Saúde, disciplinando como devem funcionar as farmácias, as drogarias e drugstore. Queremos e já existe aqui na Região Metropolitana de Curitiba, uma em São José dos Pinhais e outra em Pinhais, divididas as Farmácias. A área que vai abrigar, que vai ter medicamentos, ela é dividida da área que tem coca-cola, que tem pepsi-cola, que tem bolacha, que tem foguete, que tem carvão para churrasco, que tem até rações para animais. Queremos uma divisão, para que as pessoas que vão comprar o medicamento, circulem dentro de uma área restrita e que esses medicamentos fiquem dentro de uma área restrita.

Outra emenda diz também que dentro dessa área devem estar os medicamentos tarjados ou não tarjados, enfim medicamentos. Porque o projeto Senhor Presidente, Senhores Deputados, prevê que medicamentos não tarjados, por exemplo, de uso livre, estariam juntos sendo vendidos com o biscoito da São Luiz, o carvão para o churrasco. Queremos a ordem na comercialização dos produtos.

O que nos deixa preocupados Senhores Deputados, e é bom que todos saibam, eu queria fazer aqui não uma denúncia, um comunicado, que não serve como denúncia.

Mas uma grande rede ou a maior rede de farmácias de Curitiba foi comprada por uma grande rede de Supermercados Multinacional, já estão pressionando para

fazer em todo ponto de farmácia, um grande ponto comercial, uma extensão deste supermercado.

Não podemos deixar que pessoas que vem de fora, queiram implantar em nosso país o que não existe no país dele.

Temos exemplos diversos de outros países e de como funcionam as farmácias. Quem já esteve nos Estados Unidos da América do Norte sabe como funciona a compra de medicamentos em áreas restritas. Quem esteve em países europeus sabem como funciona lá ainda com maior rigor a venda de produtos farmacêuticos, tendo em vista, que o Americano é u povo que consome muito medicamento.

O europeu, já é muito mais rigoroso no consumo e na venda desses produtos.

Então a grande verdade é que através dessas emendas, nós procuramos aprimorar esse projeto e torná-lo viável. Que da maneira como ele foi feito ele é totalmente inviável.

E mais uma emenda que nós fizemos aqui tem diversos profissionais liberais.

Eu queria dizer aos senhores que o projeto inicial prevê, vejam só, uma Lei Estadual querendo disciplinar a função do farmacêutico, ou seja, uma Lei Estadual quer dizer o que um profissional deve fazer. Quando já existe uma legislação Federal que disciplina a profissão farmacêutica, como disciplina a profissão do médico, como disciplina a formação do veterinário e todas as outras.

Então essas emendas que apresentamos hoje, é no sentido de tornar viável este projeto e poder ser votado.

Acredito que eu possa ter esclarecido as dúvidas que surgiram aqui, e com as emendas o projeto deverá retornar a comissão e Constituição e Justiça, a Comissão de Saúde.

Teremos tempo e disposição para discutirmos e fazermos outros esclarecimentos e também quando nós estaremos assessorados por todos aqueles que prestam serviço nessa área.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança do Governo.

(**Declina**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento nº 2065, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde de 130 dias, conforme atestado médico em anexo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Face a aprovação do requerimento, com base no art. 76, a mesa convoca imediatamente o suplente, no caso a Deputada Luciana Rafain, para a posse constitu-

cional e regimental a ser marcada dentro do prazo de 15 dias.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 030/99, de autoria da Comissão Executiva, que altera o art. 12 do Regimento Interno, criado pela Resolução nº 159/90, de 28/12/90. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 031/99, de autoria da Comissão Executiva, que institui a Comissão de defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 459/99, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lobato, com sede e foro no Município de Lobato. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 459/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lobato, com sede no Município de Lobato e foro no Município de Colorado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04.10.99.
(a) CESAR SELEME - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 474/99, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE, com sede e foro no Município de Jussara. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 474/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE, com sede e foro no Município de Jussara e foro no Município de Cianorte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04.10.99.
(a) CESAR SELEME - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/99, de autoria do Deputado Angelo Vanhoni, em anexo os Projetos de Lei nº 011/99 e 126/99, que institui o Programa Estadual de Incentivo a Cultura, regulamentando o parágrafo único do art. 190 da Constituição Estadual, criando o Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E..

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2062 de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello com apoio do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente, solicitando seja retirado da pauta da Sessão de hoje e adiado por 7 (sete) sessões o Projeto de Lei nº 009/99, constante da ordem do Dia de hoje. **Aprovado.**

Fica, portanto adiada a discussão do Projeto de lei nº 009/99 por 7 (sete) sessões.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 062/99, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 007/99, que revoga o parágrafo único, do art. 30, da lei nº 6174 de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado). PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Em regime de urgência.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2067 de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello com apoio dos Srs. Deputados Ricardo Maia, Edgar Bueno, Orlando Pessuti e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 062/99 da presente Sessão Ordinária por 5 (cinco) sessões. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, junto com diversos Deputados estamos apresentando o requerimento propondo a retirada do Projeto de Lei nº 062/99. Fazemos até, em respeito aquilo que disse aqui ontem o Deputado José Maria Ferreira, pedindo que este projeto não fosse deliberado no dia de hoje, tendo em vista aquilo que foi

acordado pelo Líder do Governo na sessão de ontem, em que foi por ele enunciado em seu pronunciamento para que o projeto fosse votado pela sua constitucionalidade.

Naquela oportunidade já nos manifestamos contrário a este projeto, que prevê a revogação do parágrafo único, do artigo 30, da Lei nº 6.174, Estatuto do Servidor Civil do Estado do Paraná. Por que não queríamos votar o projeto ontem? Queríamos que ele já fosse retirado ontem, e como não foi, votamos contrário? Porque entendemos de uma injustiça muito grande o que pretende o Governo do Estado praticar ao eliminar o parágrafo único, do artigo 30, dessa lei que é o Estatuto do Servidor Civil do Paraná.

Não é correto, justo e legítimo, que após todas as etapas já cumpridas por milhares de pessoas que prestaram concursos realizados pelo atual Governo, que nós, da Assembléia Legislativa venhamos agora, eliminar esse parágrafo único, eliminando a possibilidade da contratação desse pessoal, porque ficarão eles a mercê da vontade adie e eterna do governante que hoje, ocupa o poder do Estado do Paraná.

Naquela oportunidade feitas essas argumentações, assumiu o Líder do Governo o compromisso, não só com o Deputado José Maria, mas com os Deputados integrantes da sua Bancada, de que votaria ontem, pela constitucionalidade. Foi votado e a maioria assim entendeu que fosse aprovado. Mas que hoje, este projeto seria retirado da Ordem do Dia. Estamos aguardando realmente, que possamos aprovar este requerimento, por nós e por outros Deputados firmado, para que esse projeto deixe de figurar para a votação, na sessão de hoje, retirando-se por pelo menos cinco (05) sessões, para que possamos ter uma melhor e mais aprofundada discussão sobre o mesmo.

Não poderemos nós, em sã consciência, aprovarmos essa Mensagem Governamental, sob pena de estarmos praticando uma injustiça em cima de milhares de pessoas, que inclusive, nesta Casa, já estiveram e acorreram aos Senhores Deputados, exigindo da parte do Governo e desta Assembléia, que fosse cumprido aquilo que estabeleceu os editais de concursos realizados.

Alega o Deputado Valdir Rossoni, que é em função de uma necessidade imperiosa da Lei Camata, para que o Estado possa, então, diminuir o seu desembolso com folha de pagamento, que o Estado, ao contratar essas pessoas, estaria comprometendo mais a sua folha de pagamento.

É muito fácil, Deputado Valdir Rossoni, diminuir o peso da folha de pagamento. Dispõe o Governo do Estado de instrumentos disponíveis em sua mão, pelos quais poderá demitir, quanto e na hora que quiser, os ocupantes dos cargos comissionados, e fazer uma grande redução na folha de pagamento. Não cerceando esse concursados da possibilidade de serem contratados, e dessas pessoas, ao serem contratadas, prestarem relevantes serviços à sociedade paranaense. Em especial àqueles que prestaram concurso para a Polícia Civil.

Então, nesse sentido, em meu nome e em nome daqueles que firmaram este requerimento, pedimos a todos que aprove para que possa retirar da discussão e votação hoje, o Projeto nº 062/99, que elimina a obrigatoriedade de se contratar aqueles que concursados foram e se encontram em condições de serem chamados.

Votemos a favor deste requerimento, para que não tenhamos que votar contrário ao projeto de lei.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Gostaríamos de contrapor aos argumentos do ilustre Deputado Orlando Pessuti, onde ele está preocupado com a questão dos concursados.

Quero deixar claro que nos posicionamos contrários à retirada do projeto. Gostaria que os Deputados permanecessem em Plenário. Nos posicionaremos contra a retirada do projeto, e quando chegar no momento da votação do mesmo, encaminharemos no seu mérito. Tenho certeza absoluta que tenho argumentos suficientes para convencer os Senhores Deputados a votarem favoráveis à Mensagem do Governo.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Continua em votação o requerimento.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

16 (dezesseis) Deputados **aprovam**.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Peço, Senhor Presidente, que se registre o voto favorável ao requerimento, dos Deputados: Alborghetti, Strapasson, Nereu Moura, Pessuti, Vanhoni, Caíto, Colombo, Hermes, Péricles, Belinati, Pugliesi, Edgar Bueno, Neivo Beraldin, Ricardo Maia, Renato Gaúcho, Edson Praczyk, Leônidas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O Deputado Moisés Leônidas vota como, por gentileza?

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Voto com o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se, por favor.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, o requerimento foi votado em primeira, e quem aprovava o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

16 (dezesesseis) Deputados votaram favorável ao requerimento.

Os Deputados que rejeitam o requerimento, queiram, por gentileza, levantar-se.

É uma verificação de votação.

22 (vinte e dois) Deputados rejeitam.

Está rejeitado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Apenas quero justificar o meu voto, porque na tarde de ontem, foi combinado entre as lideranças, que esse projeto sairia da pauta por cinco (05) sessões. Só por isso votei a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Para justificar o voto.

Acho que quando temos o Deputado Antonio Carlos Belinati, que é filho da Governadora, votando a favor do requerimento, acho que é um caminho inteiro andado para que a Bancada do lado de cá pudesse entender que deve ter consciência, do lado do Governo a votação do Deputado Antonio Carlos, a quem cumprimento pela sua decisão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em discussão o projeto.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Posso justificar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A matéria está em discussão. Estamos já discutindo o projeto.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o Projeto nº 062/99, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 062/99, queiram levantar-se.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, gostaria, se Vossa Excelência permitir, como é o costume do Deputado e Líder do PMDB, registrar os votos favoráveis ao projeto: Hermas

Brandão, Augustinho Zucchi, Abanor, Ademar Traiano, Edno Guimarães, Miltinho Pupprio, Cleiton Kielse, Carli, Chico Noroeste, Nelson Garcia, Beto Richa, Cezar Silvestri, Luiz Carlos Martins, Luiz C. Alborghetti, Neivo Beraldin, Geraldo Cartário, Carlos Simões, Takayama, Duílio Genari, Cesar Seleme, Basílio Zanusso, Tony Garcia, Plauto Miró, Litro e Baratter.

Gostaria que ficasse registrado os votos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

25 votaram favoravelmente. Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Peço, pela ordem, para anunciar os que rejeitam o Projeto: Orlando Pessuti, Edson Strapasson, Nereu Moura, Moysés Leônidas, Edgar Bueno, Waldyr Pugliesi, Antonio Belinati, Péricles Mello, Hermes Fonseca, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Irineu Colombo, Divanir Braz Palma, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Pastor Edson e Renato Gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

17 Deputados votam contrário ao Projeto. O Projeto está aprovado em segunda discussão, o 062/99.

Para justificar o voto concedo a palavra ao Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Sr. Presidente. Eu, como os demais Deputados que votaram contra este projeto, gostaria de deixar bem claro o que falamos, ontem, nesta Casa. Quando os legisladores votaram esse artigo era para evitar a indústria do concurso. Esse é um princípio universal, a bem da administração pública, que se evite fazer concurso sem chamar ninguém.

E é importante que o Deputado Valdir Rossoni colocou aqui o nome dos Deputados que votaram pela retirada, porque isso será mostrado publicamente. Porque as pessoas que vão reivindicar, para mim, Deputado, que não foram colocados na Polícia Civil, eu vou falar: votei por vocês! Votei por vocês!

Então por isso estou justificando o voto. Estou votando neste momento por uma causa que é a questão dos concursados da Polícia Civil e por uma causa perene e duradoura que é a causa de evitar a indústria dos concursos no Estado do Paraná. O que será lamentável.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela ordem, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Quero contestar as colocações do Deputado Irineu Colombo, até porque como Parlamentar, tem in-

dependência e o meu voto é dado pela melhor maneira, pelos interesses do Estado pela minha consciência.

Sou Deputado pelo terceiro mandato e lembro-me perfeitamente, Deputado Colombo, quando o então Governador Roberto Requião mandou para cá a extinção do Fundo e o Deputado Traiano, na Oposição, votou pela extinção na época. Constei como primeiro nome de um jornal do PT em todo o Paraná e isso em nenhum momento me deixou abalado.

Portanto, pode V.Exa. colocar o nome do Deputado Traiano, de quem quer que seja em jornais, na imprensa que tenho dignidade para defender o meu voto.

Obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Não falei isso, Deputado Traiano. Falei que eu votei e está escrito. Vou falar para os policiais civis que não votei pela extinção da vaga deles. Eu. Não falei de vocês!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (**Pela Ordem**)

Ontem ficou decidido que iríamos fazer uma análise. Porque é duro você estar no gabinete e receber representantes de pessoas que fizeram o concurso e que desejam adentrar à polícia civil do Estado do Paraná para prestar serviços em todos os rincões.

Votei com o Deputado Pessuti, perdi, para que fosse retirado, para que nós houvéssimos aí um encontro das lideranças para reavaliar o projeto. Depois o ilustre Líder do Governo diz que vai apresentar agora ao Parlamento o que poderá ser feito para que aqueles que fizeram o concurso e querem trabalhar no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Então, estou aguardando o pronunciamento de V.Exa., por isso votei com V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, gostaria de justificar o meu voto, porque eu tinha um compromisso de retirar depois dos estudos que faríamos sobre o projeto, retirarmos sobre o projeto, retirarmos este projeto no dia de hoje, se caso justificasse a sua retirada. Após os estudos que fizemos com os técnicos e com o apoio da Secretaria de Governo, nós resolvemos a não retirada.

Por isso, Sr. Presidente, como tenho por costume na minha vida cumprir os compromissos, e honrar os compromissos que assumo, venho aqui justificar o meu voto para dizer aos Srs. Parlamentares de que não foi retirado da Ordem do Dia, e votamos contra o requerimento, porque nós vimos justificativa que justificasse a sua retirada, por algumas razões, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, e aí eu passo a justificar o meu voto e justificar o voto dos Deputados que nós conversamos no decorrer dessa sessão e que votaram favorável à supressão do art. 30.

Quero dizer aos Srs. Deputados, que nós ao votarmos, ao aprovarmos esta mensagem do governo na retirada do art. 30, nós estamos protegendo os concursados, porque o governo do Paraná tinha duas medidas duas medidas a serem tomadas. Ou ele mandava para esta Casa uma mensagem para retirar o art. 30, que obrigava o Estado a contratar dentro de 90 dias os concursados, ou o governo do Estado tomava uma medida mais drástica, cancelava-se os concursos. Acredito, que não cancelando os concursos, Sr. presidente, a durabilidade dos concursos é por 2 anos e prorrogáveis por mais 2 anos.

Nós, votando desta forma, vocês e os Srs. Parlamentares poderão dizer às pessoas que concursadas e que pedem o seu direito de serem integradas ao quadro do Estado, dizer a eles que estamos limitados por uma lei, a Lei Camata; e que depois substituída por uma outra lei complementar 96, de 31 de maio de 1997, que obriga o Estado a não exceder nos gastos com contratação de pessoal.

O que estamos fazendo nesse momento, votando essa mensagem do governo? Estamos protegendo aqueles, que concursados foram e que passaram, nós retirando este artigo, estamos retirando a obrigatoriedade de contratá-los em 90 dias, mas deixando o direito dos concursados por dois anos e prorrogados por mais dois anos que não perderá a sua validade.

Então, enfim e em tese, estamos sim protegendo os concursados deste Estado. Isto é importante que se diga, e quanto ao posicionamento... quero dizer aos Deputados que estamos aqui exercendo um papel de Líder do Governo, e ao exercício do papel de Líder do Governo cabe a este Parlamentar defender aqui os interesses do Governo. E, por isso é importante agradecer nesse momento, o posicionamento dos Deputados que souberam entender de que é melhor suprimos este artigo que obriga a contratação em 90 dias, do que o Estado ter que tomar uma medida mais drástica cancelando os concursos feito pelo próprio Governo.

Por isso, Sr. Presidente, estamos nesta tribuna justificando aos nobres Parlamentares por que não concordamos com a retirada do projeto. Porque tínhamos a justificativa e o motivo legal de aprovarmos esta Mensagem do Governo.

Era só, Senhor Presidente, agradeço!

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, votei contrário ao projeto, porque a explicação que ouvi atentamente do Líder do Governo, o Secretário da Segurança Pública, ele tomou uma iniciativa de prorrogar a contratação dos concursados.

Então, esse Projeto que a Assembléia aprovou, com o meu voto contrário, mas de repente é para coisa futura e não para essa da Polícia Civil, porque há uma resolução do Secretário prorrogando a validade deste concurso dos policiais civis. Então, não sei, quero crer que para frente, talvez não nesse governo, mas nos próximos governos possamos ter, aquilo que já foi citado aqui,

a indústria dos concursos. Quer dizer, se levanta o dinheiro, depois não é obrigado a contratar.

Essa é a minha posição.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Faisal A. Raad, proprietário da Empresa La Violetera Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda.. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre as ações e serviços de assistência farmacêutica, executadas, isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como de possibilidade de funcionamento de farmácia ou drogaria juntamente com outro ramo de atividade. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.S.P.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 262/99

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, dispõe sobre as ações e serviços de assistência farmacêutica, executadas isolada ou conjuntamente, por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como da possibilidade de funcionamento de farmácia ou drogaria, juntamente com outro ramo de atividade.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça. Chamada a opinar, esta Comissão de Saúde Pública entende da necessidade de uma lei que regulamente o funcionamento de farmácia ou drogaria no nosso Estado, para evitar controvérsias legais que dificultam o trabalho deste importante segmento do comércio.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos, também, parecer favorável ao projeto de lei em tela, mas na forma do Substitutivo Geral anexo, que procura contemplar tanto o empregador como o empregado, sem nunca esquecer o consumidor paranaense.

Sala das Comissões, em 27.09.99.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA SUBSTITUTIVO GERAL AO

PROJETO DE LEI Nº 262/99

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º - Entende-se por assistência farmacêutica, o conjunto de ações e serviços de interesse público que visem assegurar a assistência terapêutica integral, a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, nos estabelecimentos públicos e privados que desempenhem atividades farmacêuticas.

Art. 2º - Para efeitos desta lei, são adotados os seguintes conceitos:

I - FARMÁCIA - estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficinais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos farmacêuticos e correlatos, dispensação de medicamentos e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica;

II - DROGARIA - estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais;

III - LOJA DE CONVENIÊNCIA E DRUGSTORE - estabelecimento que, mediante auto-serviço ou não, comercializa diversas mercadorias, com ênfase para aquelas de primeira necessidade, dentre as quais alimentos em geral, produtos de higiene e limpeza e apetrechos domésticos, podendo funcionar em qualquer período do dia e da noite, inclusive nos domingos e feriados.

Parágrafo Único - Compreende-se como prestação de serviços de interesse público a execução de serviços como: inalação, curativo, aplicação de injetáveis, medição de pressão arterial, testes e coleta de amostras para análise laboratorial.

Capítulo II

Das Atividades Farmacêuticas

Art. 3º - No âmbito da assistência farmacêutica, as atividades que se seguem requerem, a responsabilidade e a assistência técnica de farmacêutico habilitado na forma da lei.

I - farmácias de qualquer natureza;

II - empresas ou estabelecimentos que produzam ou manipulam ou dispensem medicamentos magistrais, oficinais, farmacopêicos ou industrializados, cosméticos com finalidade terapêutica ou produtos farmacêuticos;

III - drogaria.

Capítulo III

Dos Estabelecimentos Farmacêuticos

Seção I

Das Farmácias

Art. 4º - Para a instalação de novas farmácias e drogarias, exige-se a autorização e o licenciamento da autoridade sanitária competente e o registro no Conselho Regional de Farmácia jurisdicionante, bem como o atendimento de critérios sanitários e epidemiológicos de interesse público, estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Saúde, além das seguintes condições:

I - manter responsabilidade farmacêutico;

II - localização conveniente, sob o aspecto sanitário;

III - dispor de equipamentos necessários à conservação adequada de imunobiológicos;

IV - contar com equipamentos e acessórios que satisfaçam aos requisitos técnicos estabelecidos pela vigilância sanitária.

Parágrafo Único - A transferência de farmácia ou drogaria, dentro da mesma localidade, deverá obedecer os critérios estabelecidos no *caput* deste artigo.

Art. 5º - Poderá a farmácia ou a drogaria dispor de serviços, para atendimento imediato à população, de medicamentos, vacinas e soros que atendam o perfil epidemiológico de sua região demográfica, inclusive na realização de inalação; realização de curativos; aplicação de injetáveis; medição de pressão arterial e testes e coletas de amostra para análise laboratorial.

Art. 6º - É permitida a instalação de farmácia ou drogaria, nos mesmos estabelecimentos ou lojas, de “drugstore” e loja de conveniência, desde que a farmácia ou drogaria esteja em áreas delimitadas por divisórias ou por balcões.

Parágrafo Único - Na hipótese da instalação de “drugstore” ou loja de conveniência anexa a farmácia ou drogaria, e que o estabelecimento venha manter um laboratório de manipulação, este deverá ser totalmente isolado das demais áreas, com paredes e porta de acesso, observadas as exigências dos artigos seguintes.

Art. 7º - Os estabelecimentos previstos no artigo 2º desta lei que optem pela faculdade a que se refere o artigo anterior, são obrigados a manter suas instalações de acordo com as normas aqui estabelecidas, observadas as seguintes condições para o licenciamento pelo órgão sanitário competente:

I - construção sólida, sem defeitos de edificação com área mínima de 30 (trinta) metros quadrados, para o uso exclusivo da dispensação dos medicamentos tarjados e/ou controlados, ficando fora desta área os produtos de perfumaria, cosméticos, primeiros socorros, conveniência e medicamentos não tarjados de venda livre, comercializados pelo sistema de auto-atendimento;

II - iluminação e ventilação adequadas;

III - piso resistente e impermeável, que permita fácil limpeza;

IV - paredes lisas, de cores claras, de material resistente e lavável;

V - instalações sanitárias, com paredes azulejadas até a altura mínima de 2,00 (dois) metros, e dispondo de pequena área de acesso também azulejada e provida de lavatório. Ficam desobrigados de manutenção de instalações sanitárias aqueles estabelecimentos que sejam instalados em “shopping centers” e supermercados;

VI - cômodo para aplicação e demais serviços, constante no parágrafo único do artigo 2º, com área mínima de 3,00 (três) metros quadrados e dispondo de lavatório privativo, com paredes azulejadas até 2,00 (dois) metros de altura, contendo obrigatoriamente um toalheiro descartável. Tais serviços poderão utilizar o mesmo espaço, desde que não coincida com a execução dos serviços ao mesmo tempo. Respeitando as exigências legais e sanitárias.

Art. 8º - É vedado à farmácia e drogaria:

a) substituir a prescrição médica, por qualquer outro produto, respeitadas as disposições legais contidas na Resolução nº 391/99 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

b) aviar medicamentos de fórmula secreta;

c) posto de medicamentos ou estabelecimentos similares, que façam parte de Associações, Cooperativas, Sindicatos ou Entidades de Classe, a comercializarem os produtos ao público em geral, ficando a venda exclusiva e restrita somente aos seus associados ou cooperados;

d) a venda de medicamentos tarjados ou controlados pelo sistema de auto-atendimento;

e) o uso de instrumental destinado a realização de suturas e outros procedimentos cirúrgicos ou de competência exclusiva de profissional médico.

Parágrafo Único - A não obediência ao previsto neste artigo, implica nas penalidades da legislação sanitária vigente, nos dispositivos do Código Civil Brasileiro, Código Penal Brasileiro e no Código de Defesa do Consumidor.

Art. 9º - Somente a farmácia poderá elaborar fórmulas magistrais e oficinais.

Seção II

Das Responsabilidades

Art. 10 - O farmacêutico do estabelecimento terá como responsabilidade verificar o prazo de validade de todos os produtos como também a forma para acondicionamento, a retirada dos produtos da área de venda que apresentem problemas e/ou irregularidades.

No exercício de suas atividades cabe ao farmacêutico:

I - notificar os órgãos sanitários competentes, as reações adversas, as alterações de medicamentos, as intoxicações, voluntárias ou não, a farmacodependência observados e registrados na prática da farmacovigilância;

II - desenvolver atividades que visem o uso correto e racional de medicamentos e dos produtos comercializados no estabelecimento.

Art. 11 - O proprietário da farmácia não poderá desconsiderar as orientações técnicas emitidas pelo farmacêutico, dos assuntos de competência técnica.

Parágrafo Único - É responsabilidade da empresa fornecer condições adequadas ao perfeito desenvolvimento das atividades profissionais do farmacêutico.

Art. 12 - Ocorrendo a baixa do profissional farmacêutico, obriga-se o estabelecimento a contratação de novo farmacêutico, no prazo máximo de 30 dias, atendido ao disposto nesta lei, sob pena de interdição e cancelamento do registro da licença de funcionamento, período no qual o proprietário responderá civil, criminal e administrativamente pelos problemas consequentes da dispensação ou outro serviço prestado em seu estabelecimento.

Art. 13 - Cabe ao farmacêutico na dispensação de medicamentos, visando garantir a eficácia e segurança da terapêutica prescrita, observar os aspectos técnicos e legais do receituário.

Capítulo IV **Da Fiscalização**

Art. 14 - Compete ao órgão de vigilância sanitária a fiscalização dos estabelecimentos abrangidos por esta lei.

Art. 15 - Compete aos Conselhos Regionais de Farmácia verificar exclusivamente a presença de farmacêutico no estabelecimento.

§ 1º - Verificando-se a falta do profissional farmacêutico, registrado no estabelecimento, o órgão fiscalizador notificará o estabelecimento, cabendo a empresa o direito de defesa, no prazo de 10 dias contados da notificação.

§ 2º - Apresentada ou não a defesa, o auto de infração será julgado pelo órgão fiscalizador, que em não acatando as razões, aplicará multa ao estabelecimento obedecendo o que dispõe a Lei nº 7967/89.

§ 3º - Nos casos de reincidência a multa poderá ter seu valor dobrado.

Art. 16 - É vedado ao fiscal exercer atividades profissionais de farmacêutico, de responsável técnico, proprietário ou participar da sociedade em qualquer estabelecimento farmacêutico.

Capítulo V **Das Disposições Gerais e Transitórias**

Art. 17 - As drogarias, os postos de medicamentos e os dispensários de medicamentos, em funcionamento que se encontrem em desacordo com as disposições estabelecidas nesta lei na data de sua promulgação, terão prazo de 120 (cento e vinte) dias para cumprir a exigência de manter a assistência de profissional farmacêutico em seus estabelecimentos conforme previsto no artigo 4º desta lei, obedecendo os critérios e prazos estabelecidos para o período de transição sob pena de cancelamento automático de seu registro de funcionamento.

§ 1º - Nos municípios com população inferior a 15.000 habitantes, findo este prazo e havendo estabelecimento farmacêutico em desacordo com a presente lei, o Conselho Municipal de Saúde, ou na ausência deste, o Conselho Estadual de Saúde, ouvida a autoridade sanitária competente, autorizado a prorrogar o prazo por igual período.

§ 2º - Findo o prazo estabelecido no § 1º, nos municípios com população inferior a 5.000 habitantes que não cumpriram o disposto para o período de transição, ficam os Conselhos Estaduais e/ou Municipais de Saúde autorizados a adotar medidas que visem garantir a assistência farmacêutica.

Art. 18 - Em havendo transferência de propriedade e alteração na razão social ou do nome do estabelecimento, observar-se-á o disposto no artigo 27 da Lei 5991/73, devendo o fato ser comunicado no prazo de 90 (noventa) dias à Secretaria de Vigilância Sanitária Municipal, para as devidas anotações.

Parágrafo Único - O estabelecimento a que se refere o caput do artigo não está sujeito ao disposto no art. 3º da Resolução 54/96.

Art. 19 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2064 de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, com apoio do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando a retirada por 5 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 262/99, constante da ordem do Dia da Presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

E ainda, Requerimento nº 2066 de autoria do Sr. Deputado Pércles Mello, com apoio dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Ricardo Maia, Carlos Simões e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de lei nº 262/99 por 5 (cinco) sessões da ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje. **Aprovado.**

Fica, portanto adiada a discussão do Projeto de Lei nº 262/99 por 5 (cinco) sessões.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Pinhais. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar uma área de terras à Prefeitura Municipal de Arapoti. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. Em votação a emenda. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que fica denominada de Prefeito Darcísio Grassi, a Rodovia PR-474, no trecho da BR 277 ao Município de Campo Bonito. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 17 de 22.03.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 084/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo denominar de Prefeito Darcísio Grassi, a rodovia PR 474, no trecho da BR 277 ao Município de Campo Bonito, PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 01.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva da rede hospitalar pública estadual e particular. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e S.P.. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 20 de 05.04.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 138/99

P A R E C E R :**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva da rede hospitalar pública estadual e particular.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Conclusão

Assim sendo, nosso parecer é favorável, com a Emenda Aditiva anexa.

Sala das Comissões, em 20.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 138/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo dispor sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva da rede hospitalar pública estadual e particular.

Tal propositura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Saúde, chamada a opinar conclui que a medida visa oferecer aos enfermos na rede pública e particular o necessário conforto religioso independentemente do credo religioso, sendo, portanto, uma medida de alto cunho social.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.05.99.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 138/99

P A R E C E R :

Inclua-se, onde couber, o seguinte art. ao Projeto de Lei nº 138/99.

“Art. ... O momento da visita ficará condicionada à vontade do paciente e de recomendação do médico responsável.

Sala das Comissões, em 20.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 11/99, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Marialva, imóvel de propriedade do Governo do Estado do Paraná, conforme especifica. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. (Publ. no D.A. nº 70, de 16.06.99 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 326/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 326/99, objeto da Mensagem 11/99, de S. Exa. o Governador do Estado, autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Marialva, imóvel de propriedade do Estado, localizado na sede urbana daquele município, designado por datas nºs 7 e 8 (sete e oito), da quadra nº 6 (seis), com área total de 1.125,00m², objeto da transcrição nº 5.543, do livro 3/H, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Trata-se de reivindicação daquela municipalidade, para aproveitar o prédio onde funcionava o antigo fórum da Comarca. Pela Lei municipal nº 1.152/84, Marialva efetuou doação de imóvel para a construção de novo Fórum naquela localidade. Concluídas as obras e efetuada a mudança do Fórum, restou desocupado o imóvel de que trata a Mensagem do Poder Executivo. A cessão agora promovida através do projeto de lei em análise propiciará ao Município de Marialva a instalação da Casa da Cultura no antigo edifício do Fórum.

Analisando a matéria sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 326/99.

Sala das Comissões, em 05.10.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
ANTONIO CARLS BELINATI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento nº 2069, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 326/99 constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 326/99 por 10 (dez) sessões.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, queria registrar o meu voto contrário a retirada do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente anotado.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2047, de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2036, de autoria do Senhor Deputado Beraldin, com apoioamento do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. NEIVO BERARDIN (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de chamar a atenção desta Casa para este requerimento onde requeiro, na forma regimental, informações à SERLOPAR sobre resultados de diversos jogos no Estado do Paraná como o Pimba, Premiata, Roda da sorte, Vídeo Loteria, Bilhetes e Raspadinhas; Qual o valor mensal repassado pelos Bingos à SERLOPAR; Qual o rendimento referente a aplicações financeiras feitas pela SERLOPAR em 98 e 99; Se a SERLOPAR instituiu novos jogos eletrônicos com regulamento próprio ou não; se ela está habilitada à exploração de jogos eletrônicos conforme a Lei estadual que disciplina a matéria; Quem são os membros do Conselho Administrativo; Quem são os fiscais ou empresas contratadas pela SERLOPAR de acordo com a Lei 11.272 porque a lei diz que pode ser gasto até 10% da receita em contratação de fiscais ou empresas para fiscalizar estes jogos no Estado do Paraná; A relação das despesas de viagem realizadas pelos funcionários da SERLOPAR e a prestação de contas da SERLOPAR de 98 e 99.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, sabemos que existe a SERLOPAR e que, pelo que sabemos, ela repassa recursos à Secretaria da Criança para a compra de óculos, de aparelhos auditivos, enfim, ela repassa um determinado recurso à Assistência Social.

Quer dizer, só que nós não sabemos quanto arrecada a SERLOPAR, se ela realmente tem autonomia para dar autorização para essas maquininhas que estão no Estado do Paraná inteiro a sacar dinheiro dos menos avisados, nós queremos enfim uma pequena cirurgia na SERLOPAR para que a gente possa saber como atua este órgão.

Por isso pediria o voto dos companheiros Deputados para que a Assembléia Legislativa tome conhecimento de como anda a SERLOPAR, se ela pode arrecadar mais ou se ela arrecada menos do que poderia arrecadar ou se ela está atuando regularmente no mercado do Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Continua em discussão. Em votação.

Rejeitado o requerimento.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Deputados que aprovam o requerimento queriam levantar-se. Oito Deputados aprovam o requerimento.

Deputados que rejeitam o requerimento. Trinta e dois Deputados rejeitam. Está REJEITADO o Requerimento.

Requerimento nº 2037, de autoria do Senhor Deputado Beraldin, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, para encaminhar o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, só cabe justificativa do voto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Já não estamos em regime de discussão do requerimento. Estamos em regime de votação. Vossa Excelência pode, posteriormente, justificar o seu voto.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Justificativa de Voto**)

Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Justificativa de Voto**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é sabido por todos que 70, 80% dos contratos das empresas intermunicipais de passageiros que exploram o transporte coletivo no Estado do Paraná os contratos estão vencidos.

Portanto, as empresas estão atuando sem contrato.

Era intenção nossa saber do Governo, especialmente do DSTC, que controla este setor, exatamente quantas são as empresas que ainda possuem contrato vigente com o Governo. O que não pode, o que está acontecendo no Estado é que a Garcia, a Graciosa, a Sulamericana, a Princesados Campos e tantas outras estão explorando o transporte coletivo intermunicipal sem contrato com o Governo. Nada de mais para que esta Casa pudesse tomar conhecimento, quais são os contratos que existem. Porém, vale aqui o rolo compressor burro, o rolo compressor que não quer saber, não quer atuar exatamente onde tem que atuar, me desculpe o Líder do Governo que falhou com a palavra ontem e falhou novamente hoje.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Justificativa de Voto**)

Sr. Presidente, o Deputado Neivo Beraldin usa da expressão não condizente com o nosso Parlamento. Nem

tenho necessidade de justificar o voto, porque todos os Senhores Parlamentares sabem que em muitas vezes nesta Casa têm Deputados que querem, entram com requerimento nesta Casa para fazer uso deste requerimento. Não faz parte do nosso cotidiano e do nosso palavrado chulo usado pelo Deputado Neivo Beraldin não cabe a esse Deputado.

Porque o meu posicionamento tem sido divergente, por muitas vezes, por vários parlamentares, mas jamais precisei usar de vocabulário chulo, de quem está despreparado para discutir e encaminhar questões de extrema importância para esse Estado.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente.

(**Assentimento**)

Quero pedir desculpa aos Deputados, foi uma força de expressão. Mas é mais que evidente e todos compreenderam o objetivo. Agora dizer que estou despreparado para discutir esse transporte, estou sim, porque não estou conversando com o monopólio de transporte coletivo ao longo do tempo.

Talvez eu esteja despreparado, porque não me reúno numa sala com a Garcia, a Sul Americana, nem a Graciosa ou a Princesa dos Campos. E Vossa Excelência quer defender de toda maneira o monopólio, esse sim, chulo, esse sim vergonhoso, esse sim absurdo, porque cobra a passagem e não tem uma empresa que concorra, para prestar o melhor serviço para a população, porque são sempre os mesmos favorecidos pela sorte.

Por isso Vossa Excelência pode dizer que não me encontro preparado. Porque não sentei com Garcia, nem com a Sul Americana, nem com a Princesa dos Campos e nem com a Graciosa, que exploram com exclusividade o Litoral do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Vossa Excelência com a sua aquiescência concedeu mais um aparte ao Deputado Neivo Beraldin, que não cabia.

Gostaria que Vossa Excelência tivesse o mesmo procedimento com esse Deputado, que Vossa Excelência tem tido, só para dizer para o Deputado que eu não esperava que a carapuça servisse tão certinho, porque parece que ele se ofendeu.

Nunca tratei e não conheço os proprietários dessas empresas e não preciso e nem quero conhecê-los.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há uma Questão de Ordem.

Requerimentos nºs 2049 a 2052, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2054 a 2061, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2063, de autoria do Senhor Deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2068, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2070, de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2046, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

Em votação.

Para Encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor Presidente, Senhores Deputados, minha saudação ao Secretário da Justiça José Tavares, ex-Deputado que muito bem representou esta Casa.

Gostaria de fazer uma solicitação para uma reflexão melhor, um Deputado que respeito muito, Ademar Traiano, que quer agradecer o Presidente da COPEL, com as congratulações desta Casa.

Acho que precisamos neste momento, Deputado Ademar Traiano, fazer essa reflexão, porque com a justificativa de que a COPEL é uma das dez empresas mais transparentes do Brasil, vamos agradecer um cidadão que dirige hoje um dos melhores e mais lucrativos patrimônios do nosso Estado.

E que prepara este patrimônio para a sua privatização.

É importante que se divulgue alguns números aqui, para contrariarmos a privatização da COPEL e não agradecermos o presidente desta mesma empresa com esse título, porque aí sim todos os Deputados estariam respaldando este desejo, de passar a COPEL ao capital privado.

49% dos brasileiros manifestaram-se favoráveis à venda das estatais e 20% disseram-se contrários, em 91. Hoje, o processo se inverteu: 47% dos brasileiros não querem mais as privatizações e apenas 19% são favoráveis.

Em 98 tivemos um lucro de 400 milhões de reais.

Em 1999, no primeiro trimestre, tivemos um prejuízo de 2,2 milhões. Esta empresa por ser a mais transparente, mas não é mais a mais eficiente, porque há um desejo ardente do governo em privatizá-la.

Em 1995 a dívida da COPEL representava 28,66% do patrimônio líquido, enquanto que a dívida do setor repassou 40,45%, quase o dobro.

Já em 98 a dívida da COPEL subiu de 28,61, para 47,91.

Ora, uma empresa que subiu os seus custos aos seus consumidores, de 95 a 99 em mais de 40%,

sendo em 11/95-20%, 4/97-9,37%, 10/06/99-mais 9,37% e 7/7/-1,64%, perfazendo um aumento, num País que é divulgado como sem inflação, sem aumento do funcionalismo público, nenhum reajuste salarial a ninguém, e a COPEL sobe 40%.

Então não é a empresa mais indicada para receber titularidade da Assembléia ou requerimento de reconhecimento pelo seu trabalho.

O crescimento dos consumidores de 95 para 98 subiu 11,05% de 2,4 milhões de consumidores para 2,4 milhões de consumidores. E de 97 a março de 99 foi vendido ou caucionada mais de um bilhão, seiscentos e setenta e cinco milhões do qual nós não conhecemos o destino deste dinheiro. 622.000.000, 3 foram aplicados na própria COPEL e um bilhão de reais está por aí e até nenhum dos Senhores sabe o destino deste dinheiro, onde foi aplicado este dinheiro.

Por este relato, que trago aos Senhores Deputados gostaria de pedir a gentileza do Deputado Traiano que retirasse este requerimento para que nós não respaldássemos o desejo da destruição, da quebra da lucratividade anula que esta empresa sempre teve para que o Governo possa, então, privatizá-la definitivamente.

Mais importante dizer ainda que, em 1996, o patrimônio, as ações do Governo do Estado, representavam 87%, hoje, 1999 o patrimônio representa apenas 31%. Portanto não é a empresa mais eficiente, não é a empresa que deve ser agraciada por um título de qualquer pesquisador porque todos os senhores sabem, se os Senhores Deputados quiserem ser o Deputado mais brilhante e mais atuante, paguem estas empresas dos picaretas que os senhores serão. Estas empresas que vivem de fazer pesquisa, ganhar dinheiro e cobrar a titularidade de qualquer político e de qualquer empresário deste País, e deste Estado. Por isso gostaria da compreensão do Deputado Traiano, Deputado brilhante, que sempre prezou pelos interesses públicos, deste Estado, para que retirasse esse requerimento.

O SR. ADEMAR TRAIANO (Para Encaminhar)

Ouvi as colocações do nobre Deputado Edgar Bueno, brilhante Deputado da região Oeste do Paraná, respeito-o muito, conheço a sua história, Deputado com quem tenho uma amizade profunda. Mas entendo, nobre Deputado Edgar Bueno, que Vossa Excelência está defendendo o contra-senso. O Deputado Traiano, quando apresenta este requerimento de voto de congratulações à COPEL e ao seu Presidente, não o fez só alicerçada em sua vaidade pessoal ou pela amizade que tem pelo Presidente da COPEL mas fiz buscando informações em dados que realmente foram apresentados pela imprensa nacional.

Se entendermos que a Gazeta Mercantil é uma entidade ou uma empresa picareta talvez aí então possamos recuar no nosso requerimento. Mas não entendo dessa forma, a informação está na Gazeta Mercantil, nos grandes jornais de circulação nacional. Acho que o con-

tra-senso está no sentido de que, quando um homem público procura gerir os recursos financeiros com eficiência, com seriedade, colocando a empresa COPEL num patamar dos mais respeitados no nosso País e a nível internacional. Acho importante que o político deva realmente se congratular com pessoas que agem dessa forma. Porque temos aqui no Paraná exemplos claros e Vossas Excelências, Deputados, Deputado Edgar Bueno, muito bem têm feito quando políticos que ostentam cargo público exercem de uma forma desonesta, Vossa Excelência é o primeiro a atacá-los, condená-los, e tem o nosso aval. Não posso de forma alguma concordar com o encaminhamento de Vossa Excelência porque os dados que trouxe para aprovação desse requerimento, são informações fidedignas e de empresas da maior respeitabilidade, como é a Revista Mercantil.

Portanto, peço a aprovação dos nobres companheiros, deputados para que possamos aprovar esse Requerimento.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, há pouco tempo eu na tribuna falando à respeito da COPEL, registrei um fato, que tinha me causado profundo descontentamento. Era o convite que o atual Governador Jaime Lerner tinha feito ao ex-Governador Ney Braga, para ser o Presidente de honra, vamos dizer assim, não só de honra, mas efetivamente, concretamente, para presidir o Conselho, o grupo, que trataria da privatização da COPEL.

Eu que acompanhei ao longo de todos esses anos, o trabalho do povo do Paraná sob o comando de vários Governadores. Disse naquela oportunidade que não ficaria bem ao ex-Governador Ney Braga, um dos construtores da COPEL, terminar por ser o coveiro da COPEL.

A família do ex-Governador, tomando uma decisão das mais acertadas, fez com que eu mesmo não aceitasse aquela tarefa que macularia a sua biografia. Pois bem! Todos sabem pelo menos, devem saber, que o meu partido, e eu pessoalmente, temos ao longo de todos esses anos, trabalhado em favor do patrimônio público do Paraná não ser desmontado. O Ney Braga que se escusou de ser o coveiro da COPEL, agora está sendo substituído pelo Coveiro Ingo Hubert. Não são Senhor Presidente, só nas grandes coisas que a gente vê a atuação de determinados representantes desse império econômico, financeiro, montado pela classe dominante, para fazer aquilo que estão fazendo. No dia 29/09 encaminhei ao Senhor Ingo Henrique Hubert, o seguinte telegrama:

(Lê):

“Não me conformo, estou indignado e enojado com o que a COPEL, está fazendo com as árvores no meu Município de Arapongas, acumpliciada com o estúpido prefeito que desgoverna a cidade.

Registro aqui o meu mais profundo descontentamento com o que fazem. Destruindo as árvores que ao longo de três administrações plantei em Arapongas.

Melhor seria matá-las a todas, pois do jeito que ficam são cadáveres insepultos.

Que bela demonstração de preservação do meio ambiente vocês estão dando, principalmente aos jovens.

WALDYR PUGLIESI

Deputado Estadual”

Senhor Presidente, se o senhor chegar no Município de Arapongas e ver o que a COPEL fez, cumpliciada com a estupidez do Poder Público Municipal com Flonblaynt que foram plantados em 1973. Todo e qualquer cidadão que tem o mínimo de respeito ao meio ambiente ficaria enojado como fiquei. A COPEL não respondeu o telegrama até agora. Não venham me dizer que estão assessoradas pelo IAP, porque telegrama no mesmo sentido dirijo ao IAP pela incompetência e omissão que eles têm demonstrado ao longo de todo esse tempo com os problemas ambientais aqui no Paraná. Não me venham dizer que foram terceirizados esses serviços. Dói na alma ver as árvores que foram plantadas pelas crianças, pelas minhas administrações serem agredidas, assassinadas em nome da COPEL, associada à Prefeitura Municipal. Dizendo que estariam protegendo os fios da iluminação que estão recapados.

Então, Senhor Presidente, fazendo côro a argumentação do Deputado Edgar Bueno, quero deixar aqui também a minha contrariedade com esse que está comandando o processo de desmonte, de destruição da COPEL. Volto a repetir, foi construída pelas mãos do povo do Paraná sob o comando de todos os governadores, até agora há pouco. Agora estão trabalhando em nome da iniciativa privada, em nome dos privilégios desse império do sistema financeiro, econômico, imperialista que está aqui comandada pelo neo liberalismo imposto ao povo brasileiro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação. Os Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Deputado Ademar Traiano permaneçam como estão. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para quinta feira, dia 07, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 062, 116, 195, 220, 372, 439 e 468/99.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 084 e 138/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 300, 476, 491 e 492/99.

Levanta-se a sessão.